

DISCURSO DE POSSE COMO DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO

11 de Agosto de 1986.

Dalmo de Abreu Dallari

Na sabedoria milenar da Bíblia, diz o livro do Eclesiastes: “todas as coisas têm seu tempo, e para cada ocupação chega a sua hora debaixo do céu”. É chegado o meu tempo de ser Diretor desta Faculdade de Direito e creio que chego no tempo certo.

A caminhada até aqui foi trabalhosa e cheia de obstáculos, alguns resultantes de minhas limitações, outros decorrentes da ordem de desiguais em que vivem os brasileiros e outros ainda colocados pelos que detestavam a minha busca. Mas foi um período de aprendizado, de amadurecimento, de preparação, de estímulo à persistência e de recomendação à tolerância, de crescimento intelectual e social, sem deixar de ouvir as advertências da humildade.

Hoje sei o que são as coisas, sei discernir o homem do homem, sei o que posso e devo ousar, sei da existência das renúncias inevitáveis, sei que há ganhos definitivos e perdas irreparáveis. Hoje sei quando é tempo de semear e sei o que posso esperar da minha sementeira.

Meu ponto de partida foi uma pequena e modesta cidade, oculta nos contrafortes da Mantiqueira: Serra Negra, cidade que não tinha mais do que o Grupo Escolar para a formação intelectual de seus filhos. Meu ponto de partida foi uma família modesta, mas fortalecida pela fé, pelo amor ao trabalho, pela crença na supremacia do espírito, por uma consciência reta, haurida no cristianismo, e por um firme compromisso com a justiça.

Mais tarde, impulsionado por aspirações que moviam todo o grupo familiar, vim a São Paulo e acabei entrando para o sonhado ambiente das Arcadas do Largo de São Francisco. Aqui cheguei entrando pela porta estreita da competição aparentemente igual entre os desiguais. As regras eram as mesmas para todos, mas as oportunidades de preparação tinham sido diferentes desde o ponto de partida. Aqui conheci grandes amigos e companheiros, mas também tive a lição da hipocrisia, da deslealdade e do oportunismo. Aprendi a venerar a tradição enquanto ela representa um testemunho, um repositório de contribui-

ções afetivas e culturais e aprendi também a repudiar a falsa tradição, a maliciosa alegação do precedente histórico para justificar privilégios e iniquidades, ou a tradição como simples exterioridade, ritual pomposo e vazio desprovido de espiritualidade.

Aqui acompanhei o crescimento de pessoas notáveis pela integridade moral, pela cultura cada vez mais vasta e sólida, pelo amor à Justiça e pela crença inabalável no Direito como o meio de realizá-la, mas vi também que alguns foram passando à primeira fila por talentos muito menos respeitáveis e sem as bênçãos da Justiça.

A sociedade brasileira também me proporcionou um aprendizado de extraordinária riqueza. Trabalhei e estudei sem descanso, vi e ouvi com olhos do ver e ouvidos de ouvir, lutei e prossegui, sem jamais me considerar derrotado, pois minha busca não admitia retrocessos ou estagnação. E prossegui sempre, apesar de tudo. Sem me desprender das origens fui passando por diferentes estágios intelectuais e sociais, fui testemunho das injustiças contidas nas marginalizações e nas premiações sem correspondência com o mérito e o esforço. Vi que muitos adotam a prepotência como norma, a satisfação de sua vaidade como objetivo, o atendimento de suas ambições e conveniências como lei suprema. Essa foi a visão que tive da ordem jurídica e social brasileira.

Tudo isso me fez ver que a chamada “ordem jurídica” pode ser aquilo que num grito de angústia e de revolta foi denunciado pelo notável escritor e líder negro James Baldwin como “uma forma legal de promover injustiças”.

Assim é chegado o meu tempo de ser Diretor desta Faculdade de Direito, para realizar alguma coisa que deveria ser realizada neste tempo. Recolho em minha consciência e minha experiência as indicações sobre os fins que deverei perseguir e os meios que deverei usar. Sei que esta Academia de Direito não começa comigo e não terminará em mim. Mais de um século e meio de vida não se acumulam como obra do acaso e muitas das experiências aqui vividas deixaram contribuições para os séculos futuros. Sei também que nada realizarei sozinho, pela natureza e amplitude das tarefas que assumo, como pela simples circunstância de que nenhum ser humano pode prescindir de outros, tanto para sua realização individual quanto para a consecução de objetivos sociais.

Por esses motivos, num apelo veemente à ajuda de todos, para a realização de tarefas que são de nosso interesse comum, passo a enunciar uma síntese do que pretendo fazer para justificar minha passagem pela Diretoria da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Parto da consideração de que todo o sistema jurídico brasileiro necessita de profunda renovação. E tenho a convicção de que esta Faculdade, por sua

experiência e por seu prestígio no campo jurídico brasileiro tem especial responsabilidade nessa obra renovadora.

O Brasil é hoje um exemplo eloqüente de legalidade injusta, de ordem jurídica desordenada, de legalismo formalista usado para justificar situações estabelecidas por conveniência de segmentos sociais dominantes, à margem do direito ou contra ele. Em lugar de se fazer alguma coisa porque é legal transforma-se em legal aquilo que se fez ou que se quer fazer. Muito longe de ser “a relação necessária que deriva da natureza das coisas”, conforme a doutrina de Montesquieu, a lei é, quase sempre, apenas expressão arbitrária da vontade dos que têm supremacia econômica, social, ou política ou dos que dispõem da força militar.

O resultado disso é uma sociedade injusta, que procura ocultar suas injustiças numa legalidade de conveniência, que é a negação do Direito e da Justiça. Em notável estudo sobre a relação entre a Justiça Social e o Direito, Marcello Lavenère Machado, advogado e mestre de Direito de Alagoas, assinala que “o direito não se esgota em seu elemento lógico normativo – a lei – mas se compõe também e essencialmente de conteúdo ético que o fundamenta”. Reconhecendo que “não se atingiu ainda, e talvez não seja possível historicamente, a realização de uma justiça material, motivo pelo qual a busca de um direito justo é atividade contínua da comunidade jurídica”, conclui o mestre alagoano: “a perseguição deste objetivo supõe tanto um ensino jurídico quanto uma postura diante da lei, de caráter crítico, e não uma posição meramente legalista”.

É com base nesses pressupostos que me proponho a estimular a acentuação e introdução de características de ensino e pesquisa do Direito, que possam transmitir aos alunos desta escola duas condições que são básicas na formação do profissional de Direito: consciência e competência.

Para aquisição da consciência jurídica é necessário o estudo dos mestres da teoria jurídica, sobretudo daqueles que conseguiram enxergar além dos artigos da lei, mas também é indispensável o contato íntimo dos estudantes com a realidade jurídica, aquela que se encontra na vida social e que não raro tem muito pouco a ver com a “ordem legal”. Através da utilização dos mais variados campos de estágio, bem como por metodologia que supere a monotomia e o monólogo das conferências, enfadonhas para alunos e professores.

Essa formação conscientizadora já contribui para a obtenção de profissionais competentes, mas é preciso e é possível ir também a aspectos materiais. Uma das angústias desta Faculdade é a insuficiência de espaço, agravada pela distribuição dos espaços existentes. Para solução desse problema deverá ser buscada a construção de um anexo, no terreno já disponível e que fica atrás da Faculdade, cabendo-me a satisfação de anunciar que a compreensão e a boa

vontade do Magnífico Reitor José Goldemberg e dos ilustres professores que integram o Fundo de Construções da USP já abriram perspectivas muito favoráveis para consecução desse objetivo.

A par disso, esta Faculdade de Direito deverá introduzir a informática em seu equipamento de ensino, pesquisa e administração. Tanto os professores quanto os pesquisadores e estudantes dos níveis de Graduação e Pós-Graduação deverão familiarizar-se com o uso de computadores, como auxiliares de seu trabalho intelectual.

Com essas e outras inovações a Faculdade passará a usar os meios mais modernos que hoje estão disponíveis, para se integrar na realidade social e influir sobre ela. Vamos trabalhar para a juventude, com a juventude e o Brasil sairá ganhando.

Aí está uma síntese, sincera e franca, do que sou, do que penso e do que considero minha tarefa como Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a escola de Direito mais antiga e mais prestigiosa do país.

Não posso encerrar estas palavras sem um agradecimento caloroso e um apelo veemente. Agradeço a todos os parentes e amigos, que em diferentes situações e em diversas épocas, me acompanharam com sua presença positiva. Agradeço de modo especial aos estudantes desta Casa, generosos, determinados e objetivos, que sempre me foram verdadeiramente amigos e companheiros, espiritualmente identificados comigo e confiantes na minha fidelidade aos propósitos enunciados. Agradeço aos meus colegas professores que me privilegiaram com a ajuda de seu talento e o conforto de sua amizade e que abriram o caminho para que eu fosse seu Diretor. Agradeço também aos funcionários desta Faculdade, que tenho encontrado durante os trinta e três anos de permanência nestas Arcadas e com os quais tenham mantido a boa convivência de amigos e colegas que se respeitam.

Quero, afinal, externar um agradecimento especial ao Magnífico Reitor, Professor Doutor José Goldemberg, que inspirado em nossa identificação de propósitos e de princípios, colocou mais alto do que qualquer outra razão, o interesse maior da Universidade e me honrou com sua escolha. Deixo expresso nesta oportunidade que o Reitor José Goldemberg nada exigiu de mim, não me impôs condições, não negociou comigo: apenas manifestou sua confiança e assim me infundiu a maior das responsabilidades.

Com a mesma sinceridade e a mesma determinação que marcaram até hoje minha vida, começo esta nova etapa, certo de que não me faltarão apoios e de que, a partir desta Faculdade de Direito, iremos juntos trabalhar por uma sociedade em que todos possam ser livre, em que a igualdade perante a lei se justifi-

que pela igualdade de oportunidades e em que, vivendo com espírito de fraternidade, possamos conquistar a PAZ.